



Opacidade ou vitalidade do trabalho? As teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho hoje

Opacity or vitality of the work? The thesis of deconstruction and affirmation of the centrality of work today

Michelangelo Marques Torres^a

Resumo

O presente artigo procura apresentar o debate acerca das teses de desconstrução e de afirmação da centralidade da categoria trabalho mais influentes na teoria social e no debate sociológico contemporâneo. Ao expor a nova configuração do mundo do trabalho e suas metamorfoses, afirma-se os equívocos acerca da desconstrução dessa categoria analítica chamando-se atenção para a importância da articulação de elementos teóricos e empíricos nas pesquisas de sociologia do trabalho.

Palavras-chave: centralidade do trabalho; crise do trabalho; nova morfologia do trabalho; pós-fordismo; sociologia do trabalho.

Abstract

This article seeks to present the debate about the theories of deconstruction and affirmation of the centrality of the category work most influential in social theory and contemporary sociological debate. By exposing the new world of work setting and its metamorphoses, it is stated misconceptions about the deconstruction of the analytical category by calling attention to the importance of coordination of theory and empirical research in sociology of work.

Keywords: centrality of work; crisis of the work; new morphology of the work; post-Fordism; sociology of work.

Introdução

Considerando-se as últimas décadas, pode-se afirmar que o mundo contemporâneo é marcado por múltiplas crises e profundas transformações em escala global. O desenho analítico por meio do qual procede a presente exposição teórica parte do entendimento segundo o qual, juntamente com as referidas mudanças, emergiram teses das mais variadas vertentes questionando a centralidade da categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. O progresso

^a Professor universitário e docente do quadro permanente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Atualmente desenvolve pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É mestre em Sociologia pela mesma instituição e graduado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. Contato: michel1848@yahoo.com.br



científico e tecnológico, cuja “autonomia” e criatividade teriam superado o trabalho degradado e alienado, em conjunto com os novos contornos da reestruturação produtiva do capital e da reengenharia empresarial pautada por novos modelos gerenciais mais horizontalizados e participativos, constituem elementos para se afirmar a finitude da centralidade do trabalho? O trabalho teria deixado de ser a principal força produtiva diante do avanço informacional e tecnocientífico?

A mudança substancial do mundo do trabalho nas últimas quatro décadas levou muitos autores à compreensão segundo a qual o trabalho tenha perdido centralidade no mundo capitalista. Na primeira parte do trabalho a exposição recai sobre o exame das teses de negação da centralidade do trabalho, com foco em autores consagrados, como Offe, Habermas, Bell, Gorz, Méda, Rifkin, Castells, Bauman. Em seguida, apresenta-se um contraponto crítico às confluências desses autores. Expõem-se, ainda, brevemente, alguns dos traços gerais da nova morfologia do trabalho em perspectiva sociológica e histórica. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

As teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho

Neste artigo, o interesse principal é apresentar as teses que advogam a desconstrução da centralidade do trabalho para, em seguida, oferecermos um contraponto crítico, levando em conta as novas metamorfoses processadas no mundo do trabalho contemporâneo, a partir de um tratamento teórico ao tema a partir da contribuição do materialismo histórico-dialético. Como marco para início da análise, o esforço da argumentação aqui empreendida recairá acerca do debate da centralidade do trabalho e das classes sociais na realidade contemporânea. Conforme entendemos, o abandono de categorias centrais no universo categorial marxiano fez com que mesmo autores críticos da sociedade produtora de mercadorias reivindicassem o “adeus ao trabalho” ou o fim do proletariado.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, na contemporaneidade, têm sido captadas epistemologicamente das mais variadas e ecléticas formas pela literatura especializada. Ora por um perfil mais apologético do capital, ora por abordagens mais críticas, se mirarmos a volumosa produção intelectual, ensaística ou respaldadas em pesquisas empíricas, notaremos a diversidade do debate. As experiências acumuladas na sociologia e nas ciências humanas em geral acerca do tema são monumentais e controversas. Com o advento de novos paradigmas decorrentes do conjunto de novas transformações, sobretudo pós- crise de fins dos anos 1960 e início de 1970 - que em verdade caracteriza a expressão de uma crise estrutural do capital, conforme demonstramos -, noções como “sociedade da informação”, “sociedade pós-moderna ou pós-modernidade”, “prevalência do mundo da vida”, “ciência como principal força produtiva”, “sociedade pós-industrial”, “modernidade líquida” e afins se disseminam no mesmo ritmo das mudanças em curso.

Em fins da década de 1970 e a partir de toda a década seguinte, os “adeuses ao proletariado” e o abandono das classes em perspectiva analítica pode ser notado inclusive no campo da sociologia do trabalho, para a qual a condição operária apresentava-se em vias de desaparecimento. Conforme aponta Braga (2005, p. 135):

[...] pela reabilitação da empresa no mundo intelectual por meio da emergência de uma dada sociologia das organizações e da empresa e pela conseqüente obsolescência do tema operário. De fato, não apenas falar em classe operária, mas também em classe social, tornara-se sinônimo de atrofia ou mesmo de deterioração analítica.

Com o avanço tecnocientífico e o predomínio comunicativo, a própria classe trabalhadora apresentaria tendências de ser superada, sob esse enfoque. Jürgen Habermas desloca a centralidade do trabalho na medida em que privilegia a linguagem como questão central para a organização das relações sociais e para a própria emancipação humana. Entende Habermas não ser o trabalho uma categoria fundante do ser social. Seu construto teórico sugere ser a linguagem o fundamento das interações humanas. Na visão habermasiana, a ciência e a técnica, não mais o trabalho, constituiriam as principais forças produtivas atualmente (HABERMAS 1968). A articulação entre trabalho e interação (com ênfase no segundo termo) permitiu ao autor o desenvolvimento de sua teoria sobre o agir instrumental – esfera da necessidade, do trabalho (lógica do “sistema”) - e o agir comunicativo – interação social (lógica do “mundo da vida”) -, cujo sistema binário (HABERMAS 2012) não analisaremos com a devida atenção no presente texto, uma vez que tal empreitada nos deslocaria para outro enfoque do que o recorte proposto. Nesse sentido, caberia uma reflexão crítica, em outro espaço oportuno, acerca da teoria habermasiana sobre a sociedade civil e seu construto teórico.

Clauss Offe representa um autor de destacada referência, objeto de apreciações e críticas, na desconstrução da centralidade do trabalho e para a afirmação de sua crise na contemporaneidade. Segundo o autor, a “sociedade do trabalho” (modernidade capitalista) foi objeto de estudo dos clássicos da sociologia, por distintas abordagens metodológicas e construções teóricas. A “crise da sociedade do trabalho”, segundo Offe (1985, 1989), se expressa pelo declínio do modelo de pesquisa centrado no trabalho (perda de posição chave do trabalho na teorização sociológica e pela crítica da racionalidade capitalista / instrumentalização sobre a natureza). Segundo este autor (OFFE, 1985, p. 171):

A partir deste ponto de observação, é possível encontrar amplas evidências para a conclusão de que o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são tratados como o princípio básico da organização das estruturas sociais; que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como emergente dos conflitos a respeito de quem controla a empresa industrial [...].

Fica claro, na referida passagem, não apenas a desconstrução e questionamento sociológico da categoria trabalho, mas também o abandono da dinâmica de classes como estruturadora do conflito social. Essa perspectiva “[...] representa um rompimento com a ideia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social [...]” (OFFE, 1985, p. 172). A demanda social em torno do trabalho assalariado (e sua dependência) não seria mais foco da política e das lutas coletivas – nota-se a ênfase nos chamados “novos movimentos sociais”, argumento próximo ao que desenvolve Touraine (1984). Offe destaca, ainda, a emergência da “sociedade de serviços pós-industrial”, onde o trabalho estaria se tornando mais “reflexivo” no setor de serviços, com o “[...] crescimento da influência estrutural e cultural das ‘novas classes médias’ que trabalham em serviços em uma sociedade do trabalho consumista [...]” (Touraine, 1984, p. 181). De fato, com a diminuição do trabalho industrial, houve crescimento do setor de serviços (com diminuição das relações contratuais formais). Contudo, Offe (1985) aponta, de modo equivocado, que tais transformações sugerem que a categoria analítica trabalho não é mais central na vida das pessoas. Em verdade tais mudanças seguem a lógica da valorização do capital. Ou seja, o autor subestima a heterogeneidade do trabalho assalariado, além do fato do capitalismo não ter dispensado (mas acentuado) as formas de trabalho precário, temporário e informal (e que, aliás, são funcionais para o capital produtivo).

Claus Offe (1985) destaca a necessidade de um novo sistema conceitual para além das esferas do trabalho e da produção, pois as “esferas sociais diferenciadas” não estariam contempladas

nesse “velho” paradigma. Além da perda de centralidade e de relevância subjetiva do trabalho, Offe (1985, p. 180) enfatiza o declínio da ética do trabalho. Segundo o autor,

[...] é esta diferenciação dentro do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto de apoio mais importante do argumento segundo o qual não se pode mais falar de um tipo de racionalidade basicamente unificado que organize toda a esfera do trabalho [...].

O trabalho não mais desempenharia papel central que integre e dirija a existência pessoal, nessa acepção. Tal interpretação aponta, portanto, para uma crise da sociedade do trabalho, tanto do ponto de vista objetivo (o trabalho teria sido deslocado enquanto categoria central – emergência de novos conflitos sociais e políticos) como subjetivo (de força estimulante ou integradora na atividade dos trabalhadores em suas formas de vida). Deste modo, conforme Offe, há diminuição do tempo de trabalho na totalidade da vida dos indivíduos, com crescente aumento do “tempo livre”.

Em perspectiva similar as teses acima, ainda que em tom crítico, o sociólogo francês André Gorz anunciou o “fim do proletariado” em meio as transformações em curso. A guinada deste autor (a qual é permeada por oscilações de rupturas e continuidades) em relação aos seus escritos anteriores se deu a partir de 1980, ao identificar uma suposta substituição contínua entre a classe operária e o que o autor denomina por uma “não-classe-de-não-trabalhadores”. Esta “classe”, segundo o autor desta tese (GORZ, 1982), vivencia o emprego como atividade provisória (dada a intensa rotatividade, trabalhos parciais e temporários decorrentes da automação e informatização) e contingente. Trata-se de uma concepção distinta da tradicional classe trabalhadora (proletariado), com implicações políticas seminais. Assim, subjacente ao debate da crise do trabalho emerge a hipótese de crise do valor-trabalho e do significado contemporâneo conferido a teoria do valor (GORZ, 2005). Ao unilateralizar a categoria trabalho e seu entendimento, bem como confundir trabalho com emprego, trabalho concreto e abstrato, trabalho material e imaterial, Gorz questiona a validade explicativa de noções clássicas do pensamento marxista aplicado a nova dinâmica do capitalismo¹, ao postular a perda do estatuto da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo.

No ideário de muitas das teses da crise do trabalho, também denominadas por “crise da sociedade do trabalho”², o desenvolvimento das novas tecnologias capitalistas tenderia a eliminar o trabalho manual e, consigo, a própria existência da classe operária. Assim, a categoria de classe social teria sido superada enquanto categoria de análise. Embora não seja o foco deste artigo, outros argumentos desse ideário apontam para uma eventual elevação no padrão de renda e consumo, convertendo operários, classe média e diversos outros estratos em uma única classe homogênea com o mesmo padrão de vida, constituindo um novo proletariado ou uma nova classe média, “a depender do gosto do autor”³, conforme identificam criticamente Lessa e Tonet (2012).

Se Habermas trata da substituição da esfera do trabalho pela esfera comunicacional, Dominique Méda, em inspiração habermasiana, informa que a “utopia do trabalho” estaria em vias de desaparecimento (MÉDA, 1995), dado o processo de nítida influência weberiana de “desencanto do trabalho”, uma vez que, nessa perspectiva, a esfera do trabalho deve ser relativizada na contemporaneidade dada a ampliação da esfera da intersubjetividade no

¹ Pudemos desenvolver essa crítica ao tratamento da intangibilidade do valor na contemporaneidade, ainda que de modo introdutório, em: Torres (2011).

² No Brasil, Josué Pereira da Silva faz um balanço desse debate: Ver: Silva (2008).

³ Lessa e Tonet (2012, p. 81). Apesar de negarem tais teses, os autores apresentam, na referida obra, algumas imprecisões conceituais que reverberam ressonâncias, ao nosso ver, problemáticas para a análise marxista de classes.

espaço público. Por sua vez, em tom apologético ao denominado “Terceiro Setor” como solução ao desemprego, o recorte analítico de Jeremy Rifkin corrobora a tese da desconstrução da centralidade do trabalho, e da classe trabalhadora, a partir de uma visão limitada aos EUA (RIFKIN, 1995).

Ancorado na perspectiva “pós-industrial”, por meio de uma sociologia sofisticada, Manuel Castells atualizou o debate, advogando não pela desconstrução do trabalho, mas do trabalho degradado tipicamente taylorista e fordista – na esteira do argumento de Daniel Bell (BELL, 1977) -, postulando a autonomia do trabalho complexo técnico-científico na esfera comunicacional (“informacionalismo”), de caráter criativo e “autônomo” (CASTELLS, 2007).

Mais contemporaneamente, destacado autor representativo do paradigma da “queda do trabalho” é Zygmunt Bauman. Ao supor uma transição de realidade do “estágio da era moderna”, “era do hardware ou da modernidade pesada”, segundo seus termos, caracterizada pela sociedade de trabalhadores, baseada no modelo panóptico e fordista, para a “modernidade líquida” ou “estágio fluido” da “era do software e da modernidade leve”, por sua vez caracterizada pela “sociedade de consumidores”, sempre segundo os termos do autor, “[...] o trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía na galáxia dos valores dominantes da era da modernidade sólida e do capitalismo pesado [...]” (BAUMAN, 2001, p. 175). Na esteira da perspectiva pós-moderna, cuja análise centra-se na esfera fenomênica do indivíduo e do subjetivismo, o autor insere-se no campo epistemológico reivindicativo da perda da validade das categorias analíticas clássicas e da noção de totalidade⁴, chegando ao limite de sugerir a finitude do primado das relações do capital sobre o trabalho, enquanto categoria explicativa, no mundo contemporâneo⁵.

Em contraposição a tais compreensões, a perspectiva do materialismo histórico-dialético, conforme Marx (1983, p. 25), revela que:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Diante do exposto, podemos afirmar, como sugerem as abordagens mencionadas, o fim do assalariamento na vida empírica (como dado da realidade)? O trabalho não seria mais uma atividade/categoria central para nossas vidas? Na dinâmica da contemporaneidade e suas novas metamorfoses, não haveria mais dinâmica de classes nem lutas de classes? A tese que procuraremos demonstrar sugere que, nas condições contemporâneas, o trabalho ainda expressa sua vitalidade, tanto quanto dimensão ontológica da realidade, quanto categoria fundamental de análise, na esteira do que afirmam autores como Castel (1998), Bihl (2010), Gounet (1999), Harvey (2014), Mészáros (2002), Antunes (2008), dentre tantos outros que poderíamos mencionar. É dentro de incertezas e condições de pressão (dentro e fora do trabalho) que a luta pela reprodução da própria vida se caracteriza no atual processo. E a luta pela reprodução da vida, e não só a produção, pressupõe o trabalho enquanto “dispêndio de energia física e mental” (Marx, 1983). Mesmo o trabalho em setor de serviços, ou atividades imateriais, são marcados por crescentes demandas de redobrado esforço ou por cargas de atividades cada

⁴ Bauman (2001, p. 169) chega a defender a expressão “o hoje falido marxismo”.

⁵ Dentre inúmeras passagens significativas: “A modernidade pesada mantinha capital e trabalho numa gaiola de ferro de que não podiam escapar. A modernidade leve permitiu que um dos parceiros saísse da gaiola. [...] O trabalho foi libertado do panoptico” (BAUMAN, 2001, p. 152-54).

vez maiores – esforço físico, cognitivo, emocional e afetivo (DAL ROSSO, 2008). Conforme o enfoque da presente pesquisa, o trabalho docente revela-se central em torno a esse debate.

Marcelo Coelho (1999) lança a caricatura da perspectiva acadêmica relativista e de descompromisso com a realidade histórica expressa pelas teses pós-estruturalistas, as teses “pós-modernas”⁶ e “pós-críticas” do seguinte modo:

O ser humano não existe. [...] As classes sociais também não existem. São grupos que se redefinem a cada momento, a cada circunstância: motoristas de táxi se dissolvem em corinthianos ou palmeirenses, que se dissolvem em adolescentes ou velhos que se constroem enquanto moradores do Bixiga ou da Lapa. A Lapa não existe: é uma construção imaginária, uma identidade geográfica criada segundo juízos de valores, experiências subjetivas, jogos de linguagem sedimentados historicamente. Só que a história não existe tampouco: existem ficções, narrativas que podemos organizar conforme uma estrutura de começo, meio e fim, mas que sempre irão trair a arbitrariedade básica com a qual cada sujeito não existe. É um campo onde se encruzam percepções, desejos, linguagens. De resto, a realidade não existe tampouco.

Trata-se do que Marx denominou, em outro contexto, por “quietude do conhecer”⁷ personificada pelo saber acadêmico dominante, demarcado pela abstração especulativa, sem *práxis*. A despeito de identificarmos os limites das teses que advogam a finitude das classes sociais e do trabalho, conforme leva ao limite a passagem acima, a questão que se coloca é: em que consiste a nova morfologia do trabalho no limiar do século XXI e as transformações históricas no capitalismo contemporâneo?

A essa altura da exposição, remetemos o leitor ao contexto histórico da crise internacional do capitalismo oriunda das décadas 1960/70 e a ofensiva do capital decorrente. Importante observar que as metamorfoses processadas no mundo do trabalho na contemporaneidade não negam ou relativizam o trabalho, mas reforçam a sua centralidade.

A nova morfologia do trabalho em perspectiva sociológica

A obsolescência e crise do regime fordista já se anunciava em meados da década de 1960 (HARVEY, 2014, p. 133), conjuntamente com o considerável enfraquecimento do papel do dólar como moeda-reserva internacional estável, o que revelava, em retrospecto, um grave problema fiscal nos Estados Unidos. As taxas de câmbio flutuantes e a acirrada competição internacional entre os capitais de diversos países, em especial os recém-industrializados via política de substituição de importações, passaram a redefinir a economia mundial. Era o início do solapamento dos chamados anos dourados de prosperidade econômica do capitalismo pós-Guerra⁸, ou anos gloriosos (1945-1973), os quais haviam se estabelecidos desde o acordo de Bretton Woods (1944)⁹, período ao qual os países centrais vivenciaram um período de

⁶ Trata-se da “nova vulgata planetária” exposta por Bourdieu e Wacquant (2000).

⁷ A expressão é empregada por Marx e Engels à “sagrada família”, grupo de intelectuais idealistas na Alemanha da primeira metade do século XIX, liderados por Bruno Bauer, que expressavam uma teoria especulativa de fundo conformista e consideravam-se expoentes da “Crítica crítica” (razão que levou Marx e Engels a levantarem um empreendimento irônico ancorados na “crítica da Crítica crítica”). Conferir o texto de 1844, publicado em 1845: Marx e Engels (2003).

⁸ Conferir Hobsbawm (1995). Com a crise de 1929, bem como a produção destrutiva da Segunda Guerra Mundial (1939-45), o capital apenas pode se recompor nas três décadas subseqüentes, com avanço de produtividade e acumulação de capital, via binômio taylorismo-fordismo, regulado pelo chamado Estado de Bem-Estar Social.

⁹ Acordo de Bretton Woods remete aos acordos realizados a partir da conferência de julho de 1944, em fins da Segunda Guerra Mundial, entre as nações aliadas, no intuito de definir os parâmetros internacionais que iriam reger a economia do pós-Guerra. Acertou-se aí um sistema financeiro favorável ao imperialismo norteamericano, adotando-se o dólar como moeda de troca internacional e a garantia de sua conversão em ouro (os EUA detinham



mobilidade social ascendente e de grande lucratividade para o capital, amplamente favorável a hegemonia da economia norte-americana. Nesse contexto, realizou-se, nos países centrais, o compromisso fordista, o qual promoveu uma verdadeira integração do movimento operário por meio de políticas salariais, tornando-o uma engrenagem fundamental do poder capitalista, subordinado ao comando do capital. Também as medidas keynesianas pressupunham o gerenciamento do capitalismo, com gradual limitação da social-democracia europeia de propostas revolucionárias. Essa estratégia de integração (BIHR, 2010) se forjou no contexto de relativa estabilidade em grande parte da Europa Ocidental, a partir do chamado Estado de Bem-Estar Social, responsável por implementar ganhos sociais e seguridade social aos trabalhadores “[...] desde que a temática do socialismo fosse renegada a um futuro de perder de vista [...]” (ANTUNES, 2008, p. 38). Nesse sentido, aponta Silva (2008):

O Estado de bem estar social, em cuja base está a noção de cidadania social, foi, portanto, resposta que muitos países encontraram para administrar a tensão entre estas duas lógicas, a do social e a do mercado. [...] um equilíbrio que fosse capaz de proteger a sociedade dos efeitos destruidores do mercado e, ao mesmo tempo, de conter o ímpeto socializante das reivindicações dos trabalhadores.

O caso brasileiro, como todos os países da periferia do sistema mundial de Estados que apresentavam diversas particularidades em relação às experiências dos países centrais, estava excluído, por suposto, desse compromisso social-democrata¹⁰.

Em termos gerais, a condição proletária do “salariato”, típica da regulação salarial fordista (BRAGA, 2003), era representada pelos trabalhadores assalariados relativamente estáveis e com planejamento estatal, cuja reprodução era regulada pelos direitos da cidadania. Aglieta e a Teoria da Regulação francesa, para caracterizar esse fenômeno histórico do pós-guerra, utilizam a expressão regulação fordista, época em que “[...] a produção em massa prosperou, as rendas reais aumentaram regularmente e o consumo em massa desenvolveu-se num ritmo acelerado [...]” (WOOD, 1991, p. 31), acrescido da institucionalização dos direitos sociais (cidadania salarial). Conforme expusemos, tais condições arrefeceram a dinâmica da luta de classes, ou seja, operaram uma relativa supressão dos conflitos capital-trabalho nos países centrais por intermédio do consentimento em oposição ao aparato repressor do Estado. Até esse mesmo período vigorou o *welfare state*, o qual passou por uma profunda crise. Trata-se de uma crise estrutural do capital, como define Mézáros (2009). Em perspectiva histórica, a crise norte-americana se acirrou com as consequências políticas da Guerra do Vietnã (gastos militares e desmoralização política internacional), obrigando a retirada de suas tropas em 1973, e a retomada de Saygon pelos vietcongues em 1975. Em 1973 a expressão fenomênica da crise econômica mundial se torna evidente. Em resposta a crise, um amplo processo de reestruturação produtiva do capital se impôs no plano internacional, com o FMI passando a atuar como gestor dos empréstimos financeiros internacionais e exigindo a desregulamentação das economias a partir da gestão da dívida externa dos países periféricos do capitalismo, impulsionando, de tal modo, as políticas neoliberais e as “Cartas de intenção” desses países junto ao receituário do capital financeiro internacional – lógica da configuração das novas

80% das reservas). Decorreu desse acordo a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no intuito de “estimular” e recuperar as economias europeias devastadas. Importante notar que o fim da Segunda Guerra revelava um certo colapso europeu em relação aos anos 1930 (queda da produção), enquanto os EUA triplicavam sua produção industrial, multiplicavam as exportações (entre 1950 e 1960 cresceu 400%) e aumentavam a renda per capita no mesmo período. Ou seja, o acordo ceda a hegemonia do imperialismo norteamericano para a reconstrução europeia, não sem haver contrapartidas impostas aos países europeus. Nos anos seguintes, a combinação dos acordos de Bretton Woods com o Plano Marshall confirmaria a ideia da hegemonia dos EUA. Todos os dados estão disponíveis em Hobbsbawn (1995).

¹⁰ Para uma leitura mais apurada desses países, em particular o Brasil, conferir: Faleiros (2008).



finanças globais contemporâneas (CHESNAY, 2005). Nessa nova estrutura e gestão da riqueza capitalista na operação de mercados financeiros, a contrapartida a atender as necessidades vorazes de reprodução do capital começa a se delinear de uma maneira claramente definida: privatizações de empresas estatais, desregulamentação financeira (liberalização das economias nacionais), transnacionalização do capital, privatizações e precarização do trabalho em escala global. Parecia se profetizar a investigação de Marx contida no livro III de *O Capital* acerca do processo global da produção capitalista, a saber, reprodução e circulação financeira do capital¹¹, com composição do capital bancário estatal combinada ao capital privado - forte imbricamento, portanto, entre a hegemonia do capital privado atrelado às finanças públicas.

O crescimento da importância do capital especulativo relativo a sua composição de juros, tendo o FMI o papel de credor internacional, contribuiu para alavancar as economias centrais em detrimento das economias periféricas, ou os chamados países “em desenvolvimento” cada vez mais endividados com o pagamento dos juros da dívida externa (superávit primário), uma vez que a desregulamentação e a transnacionalização das economias nacionais passam a ser a condição pela qual perpassa o fornecimento de novos empréstimos. A configuração recente de uma forma de acumulação predominantemente financeira sobre a esfera produtiva (MORAES, 2011), ainda que com contradições¹², advém desse contexto dos anos 1970.

A gigantesca concentração de capitais fictícios e a nova divisão internacional do trabalho decorrentes correspondem ao que Chesnay denomina por mundialização do capital (CHESNAY, 1996). Em substituição ao termo globalização, concebemos mais pertinente a expressão mundialização do capital, mais adequada para expressar a forma que assume o capital hoje (FRIGOTTO, 2014), posto ser um fenômeno do capitalismo contemporâneo que representa a nova fase do imperialismo¹³: um mundo sem fronteiras para o capital, com mecanismos de fusões e aquisições globais, os chamados IED (Investimentos Externos Diretos) subsumidos ao surgimento da chamada *corporate governance*, que busca, no limite, alinhar as ações das direções empresariais com seus principais acionistas e investidores financeiros. Tal aspecto decorre do processo de abertura de capitais das empresas, o qual converteu as corporações capitalistas em verdadeiras instituições financeiras.

O novo modelo organizacional de racionalização do trabalho, conjuntamente com o ideário neoliberal, se impôs: trata-se do toyotismo. Embutido nesse ideário, os ideólogos da ordem passam a reivindicar a ideologia da pós-modernidade, que passa a anunciar desde o fim da sociedade do trabalho, chegando ao limite do anúncio do fim da história (FUKUYAMA, 1992), ao perpassar pela tese do fim das ideologias e da afirmação de sociedade altamente individualizada (“não há alternativa ao capitalismo neoliberal”) e concorrencial¹⁴. Somado a tais teses, limitadas ao nosso ver, situa-se a tese do fim do proletariado e, no limite esquizofrênico,

¹¹ “A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam [...]”. Marx (2008, p. 621-622). Na referida obra, cabe indicar, o autor demonstra a composição heterogênea do capital, ao demonstrar a reprodução e interrelação entre capital bancário e capital produtivo, bem como o capital manifesto na constituição de juros (movimento de auto-expansão do valor por ele mesmo criado – a reprodução do dinheiro em dinheiro acrescido de mais dinheiro, ou seja, a reprodução do capital intermediária pelos juros manifesto na formulação D-D’, em oposição a fórmula que requer o intermédio da mercadoria: D-M-D’). O capitalismo predominantemente financeiro requer maior atração por parte dos investidores capitalistas, não importando a área, mas a lucratividade a curto prazo.

¹² Ao nosso entender, isso não quer dizer que haja autonomia entre os dois circuitos do capital, isto é, da esfera financeira em relação a acumulação industrial; antes disso, as duas esferas estão iminentemente imbricadas no estágio atual do modo de produção capitalista, ou precisando melhor, a primeira está subordinada ao valor-trabalho, ao capital produtivo.

¹³ Conforme Chesnay (1996) e Costa (2008).

¹⁴ Os quais contribuem enquanto fatores de reversão na queda tendencialmente decrescente da taxa de lucro, com rebaixamento do valor da força de trabalho. Isto é, a elevação da composição orgânica do capital (capital constante e sua relação ao capital variável), leva, tendencialmente, à queda da taxa de lucro. Ver: Marx (2008).

fim do trabalho e das classes sociais— ainda que por vieses ideológicos distintos, conforme demonstramos anteriormente.

Um olhar atento ao processo de reestruturação produtiva do capital e de reengenharia empresarial sugere, sob o arranjo neoliberal em contexto de crise, consequências estruturais segundo as quais uma nova morfologia do trabalho tem implicado um desenho multifacetado da dinâmica de atuação das corporações capitalistas, combinando deslocalização espacial com centralização de capital, terceirização com informalidade, medidas de gestão “participativas” e colaboracionistas com exploração e precarização social, produção fluida e flexível com intensificação do trabalho e pretéritos modos de organização do trabalho.

Ocorre que, efetivamente, o trabalho jamais poderia deixar de ser central numa sociedade produtora de mercadorias e regida pela lógica do capital, ou precisando melhor, pela relação sociometabólica deste modelo societal. Em verdade, é elemento produtivo por excelência, agente criador de valor e de valores de uso, principal elemento constitutivo no mercado de serviços, constituidor de identidades (personal ou coletiva) e subjetividades, elemento orgânico de sociabilidade, atividade transformadora da natureza e de criação, fruição. A dialética do trabalho, a depender de seu curso histórico, revela que tanto pode se constituir por elementos de positividade quanto pela dimensão da negatividade (ANTUNES, 2005): ora como expressão da vida, ora como condição de degradação; como criação, mas também infelicidade; expressão da atividade vital e da escravidão; felicidade social e servidão; momento de catarse e situação de martírio e fadiga; cria, mas subordina, humaniza e degrada; libera e escraviza; emancipa ou aliena. Quer como *Arbeit, travail, labour ou work*, o trabalho, ainda mais no mundo capitalista, se trata de uma atividade ineliminável¹⁵. Exteriorização da atividade humana, acrescido de elementos tecnológicos e informacionais no modo de produção de mercadorias (o capital fixo também é fruto do trabalho vivo, força de trabalho combinado e coletivo cristalizado na mercadoria, seja ela material ou imaterial), a atividade laboral é subordinada ao controle da gerência capitalista, constituindo, assim, o elemento em si central na sociedade moderna.

Em contribuição ao debate em que pretendemos adentrar, Harry Braverman em 1974, com seu clássico *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, enfoca um novo proletariado que se disseminava no capitalismo em sua fase de expansão monopolista, contrariamente as convencionais abordagens que afirmavam que setores da “classe média” de “colarinhos branco” constituiriam uma nova classe social. O autor, destacando a crescente diversificação da classe trabalhadora, focalizou os trabalhadores de escritório, no comércio e, sobretudo, no setor de serviços (que se expandiu na segunda metade do século XX), estendendo a forma-mercadoria para diversos outros setores não-fabris propriamente. O que Braverman (1974) revela é a proletarização dos trabalhadores de todo o mercado (inclusive da esfera de prestação de serviços domésticos e privados). O autor nota o crescimento do estrato de assalariados nesses setores, configurando um proletariado comercial, proletariado de serviços etc. O andamento da análise prossegue no sentido de que, a despeito da escolarização típica de muitos desses setores, o trabalhado não estava sendo mais qualificado, mas, antes disso, deteriorado, degradado, na medida em que é apropriado às necessidades do capital monopolista¹⁶. A tese polêmica de Braverman recai sobre a compreensão de uma crescente

¹⁵ Enquanto trabalho concreto, produtor de valores de uso e satisfação de necessidades, é ineliminável da sociabilidade humana. Enquanto trabalho abstrato, produtor de valor, pode, em alto nível de abstração teórica, em perspectiva conjectural, ser extinto, numa sociedade para além do capital.

¹⁶ Ao nosso ver, Braverman, apesar de sua enorme contribuição para o debate acerca do processo de trabalho subsumido ao controle do capital, limita sua análise acerca da qualificação do trabalhador restrita para o trabalhador do tipo taylorista-fordista (ou taylorização dos escritórios), na medida em que unidimensiona-o em sua acepção de “uma qualidade específica, uma operação limitada e repetitiva, ‘a velocidade como qualificação’ etc”. Ver, em especial, o último capítulo “Nota final sobre qualificação” (BRAVERMAN, 1974, p. 375). O que o autor quer dizer, é que o trabalhador não dispõe do domínio completo de sua atividade, da produção coletiva e socializada, sem domínio ou autonomia em seu processo de trabalho. Para uma síntese das restrições à tese de Braverman, em atenção para outras formas de gestão de trabalho menos taylorizadas, conferir Wood (1982).

tendência a separação entre trabalho manual e intelectual, expressa pela rotinização das tarefas, bem como à desqualificação do trabalho. A gerência capitalista não fora, de todo modo, substituída em seus aspectos de controle sobre o trabalho, concepção/planejamento e racionalidade do capital. De todo modo, o autor sugere que dimensão de classes e análise centrada no processo de trabalho, no âmbito da tradição marxista, são centrais para analisar o capitalismo contemporâneo.

Em recente pesquisa, segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) (TREVIZAN; LAPORTA, 2015), órgão ligado a ONU, cerca de 25% dos trabalhadores empregados no mundo não dispõem de contrato (formal) permanente de trabalho, em contraste com trabalhadores sem contrato (12,3%), por conta própria (34,9%), em regime de contrato temporário (12,9%) e trabalho familiar não remunerado (11%). Os trabalhadores com contrato permanente representam 26,4%. A maioria, portanto, não possui qualquer contrato de emprego (60,7%). No caso brasileiro a média é ainda maior (66,93%). Nos dados gerais, dos países com dados disponíveis, os empregadores constituem 2,4% (Gráfico 1). Se debitarmos, portanto, os empregadores e aqueles com contrato permanente, o percentual de trabalhadores sem

Emprego no mundo

Cerca de ¼ dos empregados no mundo não têm contrato permanente de trabalho

Em % de trabalhadores



Gráfico 1. Emprego no mundo. Fonte: Trevizan e Laporta (2015).



mínima estabilidade e proteção social correspondem a 71,2% - são os “prometeus modernos” (Ésquilo, [19--])¹⁷, pertinente expressão cunhada por Ricardo Antunes (ANTUNES, 2005) para denominar os esparramados pelo mundo em busca de qualquer fonte de sobrevivência.

Curioso notar na referida pesquisa que apenas Brasil, EUA e Rússia tem aumento menor de trabalho em meio período (a maioria dos trabalhadores que trabalham menos de 30h semanais é feminina, representando quase o dobro do que os homens nessa condição). A diferença salarial em relação a gênero revela que as mulheres – que representam, no total, 40% da força de trabalho do mundo - recebem 36% a menos se comparado aos rendimentos dos homens.

Eis uma boa comprovação da asserção de que a imensa maioria dos homens e mulheres que habitam o mundo dependem do próprio trabalho para sobreviver e garantir a subsistência familiar. Assim, passou pelo veredito da história a hipótese segundo a qual o proletariado estaria em vias de desaparecimento?

Conclusão

A insuficiência das teses que advogam o caráter residual do trabalho e a perda de sua centralidade (objetiva e subjetiva) na vida contemporânea faz com que não consigam captar o movimento dinâmico do mundo do trabalho recente e suas múltiplas formas de precarização. Acabam subordinadas ao caráter fenomênico do capitalismo mundializado e do trabalho contemporâneo, muitas vezes circunscritas ao recorte eurocêntrico.

O novo paradigma da empresa enxuta, fluida e flexível se propõe a substituir, no nível fenomênico, a antiga fábrica fordista, horizontalizada, concentrada, despótica e coercitiva. Sob a égide do pós-fordismo, o que assistimos é uma intensa e complexa fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, conferindo atualidade a vigência do trabalho abstrato¹⁸ e transformações na gestão do trabalho concreto (nos termos de Marx, 1983). Em substituição (nunca completa) aos elementos repetitivos na atividade de trabalho, o *just in time* confere agilidade no processo de produção voltado para a demanda de mercado e gestão de estoques. O funcionário dotado de maior “iniciativa cognitiva” e “potencial de criação”¹⁹ deve apresentar respostas imediatas aos eventuais conflitos na empresa competitiva e flexível. Exige-se um novo perfil proletário: proativo, polivalente e multifuncional.

O que, de fato, está a ocorrer é uma relativa contração (diminuição proporcional) do setor operário tradicional, especialmente nos países centrais²⁰, em paralelo ao aumento exponencial do trabalho assalariado no setor de serviços. Nesse aspecto, a classe trabalhadora se ampliou, diversificou-se e heterogeneizou-se, complexificando-se, com expressão empírica do crescimento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho²¹ (especialmente no

¹⁷ A referência é ao mito grego prometeico.

¹⁸ O trabalho abstrato, como é sabido, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução de mercadorias. Para Marx, o trabalho não é mensurado individualmente, é medida social que, ao igualar o elemento “qualitativo” no processo de trabalho – a partir de uma medida mensurável –, cria o capital. Portanto, é a determinação social do trabalho (unidade de trabalhos privados) que implica o trabalho abstrato. Já o trabalho concreto, responsável por criar valores de uso específicos, varia em uma infinidade de formas específicas, manuais e intelectuais, produtor/prestador de serviços úteis. Trata-se da produção dos recursos necessários para a sobrevivência, inclusive.

¹⁹ A despeito disso, há novos mecanismos de controle e dominação na empresa moderna. Para um balanço introdutório, ver: Heloani (1994).

²⁰ Refiro-me ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias centrais do capitalismo. Contudo, importante observar que a retração do setor operário nesses países se realiza concomitantemente a deslocalização espacial produtiva, a transferência de plantas produtivas em linha de montagem em diversos setores operários esparramados em países periféricos do globo, em decorrência da transnacionalização das corporações capitalistas, com ampla incorporação de trabalhadores terceirizados, a exemplo da subproletarização de mulheres e imigrantes.

²¹ É digno de nota que o trabalho feminino é ainda mais atingido do que o masculino pela precarização, em particular se cruzarmos os indicadores classe, gênero, raça/etnia, isto é, as mulheres negras e pobres trabalhadoras.



universo fabril, em linha de produção) e também de trabalho de imigrantes, representando uma subproletarização acentuada. Acrescido a essa nova feição, a nova morfologia do trabalho requer, simultaneamente, a intensificação do trabalho precário em escala global, a exemplo do trabalho parcial, instável, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, bem como o desemprego estrutural e as formas de informalidade (ANTUNES, 2005). Produz uma classe trabalhadora mais fragmentada.

Se na passagem do século XIX para o XX²² – o que no Brasil ocorreu ao longo do século passado – o taylorismo integrou uma classe trabalhadora até então recém proletarizada, com a migração de camponeses para os centros urbanos e grandes metrópoles, sob a disciplina fabril; no contexto da empresa toyotista, a multifuncionalidade, versatilidade e polivalência conferiu ao trabalhador um perfil mais polivalente, dotado de múltiplas funções no espaço produtivo, possibilitando, por meio da intensificação do trabalho, maiores rendimentos ao capital, que por sua vez realiza um processo de reestruturação produtiva e reengenharia empresarial, por intermédio de deslocalização espacial fabril, automação flexível, diminuição do trabalho vivo por células de produção em função da incorporação das novas tecnologias e de incorporação crescente de elementos de capital fixo. Contudo, compreendemos que o toyotismo (ou pós-fordismo) não eliminou o taylorismo ou o fordismo, mas os incorpora e os atualiza²³. Em decorrência do novo “participacionismo” e da aparência do “consenso voluntário” na gestão da empresa, os trabalhadores, convertidos em “colaboradores” e “parceiros”, tendem a intervir menos nos sindicatos. Coriat (1992) destaca que o toyotismo se implantou no Japão após uma longa greve que culminou na demissão em massa de funcionários no contexto do pós-Segunda Guerra, trazendo impactos significativos para a organização trabalhista.

Tais aspectos demonstrados não permitem a formulação de que o proletariado perdera a centralidade no mundo do trabalho, antes disso, é preciso contemplarmos na análise outros setores e segmentos que compõem a classe social proletária, ou seja, a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora. Conforme exposto, nossa reflexão se insere com bastante afinidade no debate teórico-empírico levado a cabo por Antunes, segundo o qual, as mutações em curso no mundo do trabalho são expressões da reorganização do capital diante de um contexto em que “[...] a textura societal contemporânea, em vez de sinalizar o fim da sociedade de classes, vem se complexificando. O que nos obriga ir além da sua opacidade, encontrando os nexos básicos e sua vigência e atualidade [...]” (ANTUNES, 2005, p. 102). Nesse sentido, reforçando a tese atualizada da afirmação da centralidade do trabalho, em contexto de sua precarização em escala global, cabe a longa citação de Antunes (2011, p. 21):

[...] estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a sua nova morfologia (do trabalho e da classe trabalhadora), que compreende desde o operariado (industrial e rural), em relativo processo de redução, especialmente nos países do Norte, até o proletariado de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam em escala mundial, de que são também exemplos os trabalhadores/as de telemarketing e call

²² Embora, caiba notar, que o processo histórico de proletarização se encontra, sobretudo, na passagem do século XVIII para o XIX, na Europa ocidental, a partir da Revolução Industrial inglesa. Com o processo de inovações tecnológicas, como o tear mecânico e a máquina a vapor, seguido pela mecanização da produção, os camponeses, agricultores e tecelões são despojados para as grandes cidades e a grande indústria, “completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma”, convertendo-os em proletários (workin men), dando origem tanto ao proletariado rural como ao urbano, com a “vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual”. Assim, “o proletariado tornou-se uma classe real e estável da população”. Ou seja, operou-se uma transformação provocada nas relações sociais de produção e no desenvolvimento das forças produtivas. Para maiores detalhes sobre o processo de proletarização, conferir o então jovem pioneiro Engels, ao qual correspondem as passagens citadas nesta nota: Engels (2008).

²³ Compreensão semelhante encontra-se disponível em: Katz (1995). É preciso mencionar que o capitalismo contemporâneo não substituiu o taylorismo-fordismo enquanto sistemas de organização do trabalho, mas os atualiza e os incorpora a novos (e pretéritos) modos de gestão.



center, os trabalhadores que diuturnamente laboram nos bancos, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas entregando bens materiais adquiridos no universo virtual, os assalariados nos hipermercados, nos fast food, locais onde um crescente proletariado de serviços vivencia o que se poderia chamar de walmartização do trabalho, um processo de precarização acentuado que se aproxima do que Ursula Huws designou como cybertariat, o proletariado da era cibernética, que vivencia as condições de trabalho (quase) virtual em um mundo (muito) real, tanto mais heterogêneo quanto ao seu perfil quanto homogêneo em sua precarização estrutural e acentuado nível de exploração do trabalho, o que possibilita descortinar novas potencialidades de organização e busca de pertencimento de classe, distantes da propalada integração do proletariado.

O trabalho contratado e regulamentado (estável e dotado de direitos formais) tem sido substituído pelos diversificados modos de flexibilidade, informalidade e precarização (como a atividade terceirizada). O processo multiforme de atividades dotadas de maior dimensão imaterial (produtiva ou improdutiva) revelam-se principalmente no setor de serviços, mas mudanças significativas também vêm ocorrendo tanto na indústria quanto na agricultura. Vale ressaltar que a expansão do setor de serviços é acompanhada pela baixa remuneração, responsável por absorver o enorme excedente de trabalho flutuante e do desemprego estrutural.

Por fim, se a tese de afirmação da centralidade do trabalho é bem fundamentada, há lacunas nas temáticas de pesquisa, que apenas recentemente começaram a ser preenchidas, relativas ao tema da subjetividade do trabalho. É imperioso o diálogo interdisciplinar a partir das contribuições provenientes da sociologia e da psicologia do trabalho, da psicodinâmica do trabalho e da psicologia social crítica, no que se refere ao processo multifacetado da construção da subjetividade (e sua manipulação psicológica) dos trabalhadores na contemporaneidade a partir do mundo do trabalho, com a imbricação de novas formas de alienação e estranhamento, sofrimento e reconhecimento, identidade e deriva, o que confere suma importância da articulação de elementos teóricos e empíricos nas pesquisas circunscritas no campo científico da sociologia do trabalho.

Referências

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 25-26, p. 15-28, 2011.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BIHR, A. *Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, ano 1, n. 4, ago. 2000. Edição Brasileira.



- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.
- BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.133-152, 2005.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 3 v.
- CHESNAY, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAY, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COELHO, M. Elogio da igualdade – ensaios sociológicos de ‘Ciladas da diferença’ e ‘Em defesa da história’ desmontam vulgata pós-moderna. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 1999. Caderno Mais.
- CORIAT, B. *Pensar al Revés*. México: Siglo XXI, 1992.
- COSTA, E. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].
- FALEIROS, V. P. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FRIGOTTO, G. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, C. (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo: civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HABERMAS, J. Trabalho e interação. In: HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968. p.11-23.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 133.



- HELOANI, R. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KATZ, B.; COGGIOLA, O. (Org.). *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- LESSA, S.; TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 5, livro 3.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família: ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, L. C. G. Mundialização do capital e as novas formas de imbricação entre as dimensões financeira e produtiva. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. (Org.). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, 2011. p.41-62.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (A crise, v. 1).
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SILVA, J. P. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TORRES, M. M. O pêndulo do trabalho e a determinação contingencial do capital. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 25-26, p.119-136, 2011.
- TOURAINÉ, A. *O retorno do ator*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- TREVIZAN, K.; LAPORTA, T. Três quartos dos trabalhadores no mundo não tem contrato fixo, diz OIT. *G1*, São Paulo, 18 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- WOOD, S. *The degradation of work? Skill, deskilling and labour process*. London: Hutchinson Group, 1982.
- WOOD, S. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 6, p. 31, 1991.

Recebido: 20 jan., 2016
Aceito: 08 mar., 2016